

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	9
DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	13
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	34

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	36
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	37
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	38
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	39

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	306.756.816
Preferenciais	306.756.816
Total	613.513.632
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	03/04/2018	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,05474
Reunião do Conselho de Administração	03/04/2018	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,05474

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	4.975.117	4.785.730
1.01	Ativo Circulante	681.859	602.429
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	26.284	24.470
1.01.02	Aplicações Financeiras	69.810	55.233
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	69.810	55.233
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	69.810	55.233
1.01.03	Contas a Receber	333.632	326.980
1.01.03.01	Clientes	333.632	326.980
1.01.04	Estoques	76.772	76.457
1.01.06	Tributos a Recuperar	49.243	2.646
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	49.243	2.646
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	126.118	116.643
1.01.08.03	Outros	126.118	116.643
1.01.08.03.01	Depósitos Judiciais	119.835	109.135
1.01.08.03.02	Outros Créditos	6.283	7.508
1.02	Ativo Não Circulante	4.293.258	4.183.301
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.291.770	1.234.608
1.02.01.03	Contas a Receber	5.056	3.409
1.02.01.03.01	Clientes	5.056	3.409
1.02.01.06	Tributos Diferidos	418.547	403.498
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	418.547	403.498
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	868.167	827.701
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	240.170	218.494
1.02.01.09.04	Aplicações no Caixa Único do Estado	4.638	3.823
1.02.01.09.05	Ativos Financeiros - Contratos de Concessão	473.717	458.612
1.02.01.09.06	Outros Créditos	7.071	6.858
1.02.01.09.07	Depósitos em Garantia	3.426	3.341
1.02.01.09.08	Aplicações Financeiras	60.964	59.968
1.02.01.09.09	Indenização por desapropriação	78.181	76.605
1.02.02	Investimentos	923	923
1.02.02.01	Participações Societárias	923	923
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	923	923
1.02.03	Imobilizado	111.239	104.196
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	111.239	104.196
1.02.04	Intangível	2.889.326	2.843.574
1.02.04.01	Intangíveis	2.889.326	2.843.574
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.889.326	2.843.574

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	4.975.117	4.785.730
2.01	Passivo Circulante	836.417	754.557
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	68.503	61.907
2.01.01.01	Obrigações Sociais	12.884	13.055
2.01.01.01.01	INSS	12.884	13.055
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	55.619	48.852
2.01.01.02.01	Salários a pagar	2.257	2.238
2.01.01.02.02	FGTS	2.528	3.833
2.01.01.02.03	Participação nos Resultados (PPR)	38.859	31.051
2.01.01.02.04	Fundação Corsan	3.593	3.618
2.01.01.02.05	IPE	3.905	3.857
2.01.01.02.06	Depósitos e retenções Contratuais (Garantias Contratuais)	4.477	4.255
2.01.02	Fornecedores	102.215	118.284
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	102.215	118.284
2.01.03	Obrigações Fiscais	75.200	17.126
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	73.266	15.173
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	61.587	81
2.01.03.01.02	IRPJ Retenção	2.490	4.820
2.01.03.01.03	COFINS	6.242	7.236
2.01.03.01.04	PASEP	1.736	1.921
2.01.03.01.05	PIS/COFINS/CSLL s/Prestação Serviços	1.211	1.115
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.934	1.953
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	67.996	65.939
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	59.047	56.793
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	46.637	43.915
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	12.410	12.878
2.01.04.02	Debêntures	8.949	9.146
2.01.05	Outras Obrigações	324.261	297.716
2.01.05.02	Outros	324.261	297.716
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	274.780	241.196
2.01.05.02.04	Dívidas com Fundação CORSAN	31.512	36.456
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	5.274	6.804
2.01.05.02.06	Impostos e contribuições - Parcelamento	12.695	13.260
2.01.06	Provisões	198.242	193.585
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	189.577	185.532
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	125.932	117.882
2.01.06.01.05	Provisões para Férias e Encargos a Pagar	63.645	67.650
2.01.06.02	Outras Provisões	8.665	8.053
2.01.06.02.06	Provisão Convênio SENAI/CORSAN	377	358
2.01.06.02.07	Provisão Contingências Fiscais	8.288	7.695
2.02	Passivo Não Circulante	2.033.274	2.017.173
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	398.290	409.639
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	380.682	386.995
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	362.491	362.855
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	18.191	24.140
2.02.01.02	Debêntures	17.608	22.644

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.02.02	Outras Obrigações	108.168	110.946
2.02.02.02	Outros	108.168	110.946
2.02.02.02.03	Fornecedores	99	136
2.02.02.02.04	Dívidas com Fundação CORSAN	45.751	48.539
2.02.02.02.05	Contratos de Repasse	9.232	9.232
2.02.02.02.06	Impostos e Contribuições - Parcelamento	53.086	53.039
2.02.04	Provisões	1.526.816	1.496.588
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.518.969	1.488.627
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	597.077	560.216
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	921.892	928.411
2.02.04.02	Outras Provisões	7.847	7.961
2.02.04.02.04	Provisões para Tributos Diferidos - PASEP e COFINS	7.847	7.961
2.03	Patrimônio Líquido	2.105.426	2.014.000
2.03.01	Capital Social Realizado	1.635.145	939.148
2.03.02	Reservas de Capital	48.672	49.059
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	31.524	31.911
2.03.02.07	Auxílios para Obras	9.262	9.262
2.03.02.08	Doações e Subvenções para Investimentos	7.886	7.886
2.03.04	Reservas de Lucros	339.610	1.035.607
2.03.04.01	Reserva Legal	106.896	106.896
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	230.960	926.957
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.754	1.754
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	92.225	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-10.226	-9.814

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2018 à 31/03/2018	01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	691.554	648.324
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-388.135	-361.663
3.03	Resultado Bruto	303.419	286.661
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-145.729	-149.968
3.04.01	Despesas com Vendas	-26.952	-23.251
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-118.558	-116.272
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6.771	8.121
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.990	-18.566
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	157.690	136.693
3.06	Resultado Financeiro	14.486	12.903
3.06.01	Receitas Financeiras	27.040	28.678
3.06.02	Despesas Financeiras	-12.554	-15.775
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	172.176	149.596
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-46.779	-38.699
3.08.01	Corrente	-61.829	-54.602
3.08.02	Diferido	15.050	15.903
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	125.397	110.897
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	125.397	110.897
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,20439	0,18076
3.99.01.02	PN	0,20439	0,18076

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	125.397	110.897
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-412	-456
4.03	Resultado Abrangente do Período	124.985	110.441

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	123.154	149.612
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	197.055	168.892
6.01.01.01	Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	172.176	149.596
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	33.333	27.974
6.01.01.03	Baixa de Intangível e Imobilizado	9	122
6.01.01.05	Provisão para Devedores Duvidosos	386	-90
6.01.01.06	Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	39.827	34.133
6.01.01.07	Provisão para Tributos Diferidos	-114	-114
6.01.01.08	Juros e Variações Monetárias	19.973	12.474
6.01.01.09	Ajuste a Valor Presente sobre Ativos Financeiros	-12.673	-9.794
6.01.01.10	Margem na Construção de Obras-Contratos de Concessão	-768	-999
6.01.01.12	Provisão para Benefício Pós Emprego	-6.519	589
6.01.01.13	Ajuste a Valor Presente sobre Clientes	-747	-83
6.01.01.14	Rendimento sobre Aplicações Financeiras de Curto Prazo	-1.067	-2.250
6.01.01.15	Imposto de Renda e Contribuição Social	-46.761	-42.666
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-73.901	-19.280
6.01.02.01	Aumento de Contas a Receber de Clientes	-7.938	-18.252
6.01.02.02	Aumento de Estoques	-315	-2.045
6.01.02.03	Aumento de Outros Créditos	-45.585	-19.601
6.01.02.04	Aumento de Depósitos Judiciais	-32.376	-17.558
6.01.02.05	Aumento de Rendimentos SIAC	-815	-662
6.01.02.06	Redução de Fornecedores	-16.106	-36.005
6.01.02.07	Aumento de Impostos e Contribuições	42.146	23.428
6.01.02.08	Redução (aumento) de Impostos e Contribuições - Parcelamento	-3.445	58.434
6.01.02.09	Redução de Dívidas com Fundação CORSAN	-10.339	-9.830
6.01.02.10	Redução de Férias e Encargos a Pagar	-3.986	-4.199
6.01.02.11	Redução de Outros Débitos	-1.289	-523
6.01.02.12	Aumento de Depósitos em Garantia	-85	-236
6.01.02.13	Aumento de Participação nos Resultados	7.808	7.998
6.01.02.14	Aumento de indenização por desapropriação	-1.576	-229
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-102.306	-132.937
6.02.01	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-11.743	-3.787
6.02.03	Custos Construção - Contratos de Concessão	-61.260	-50.547
6.02.04	Outras Aquisições Intangível	-14.797	-30.516
6.02.05	Aplicações Financeiras	-14.506	-48.087
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-19.033	-25.514
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos - Captação	19.928	8.321
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos - Pagamento	-32.852	-28.070
6.03.05	Debêntures - pagamento	-5.722	-5.765
6.03.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-387	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.815	-8.839
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	24.470	30.586
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	26.285	21.747

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	939.148	49.059	1.035.607	0	-9.814	2.014.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	939.148	49.059	1.035.607	0	-9.814	2.014.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	695.997	0	-695.997	-33.584	0	-33.584
5.04.01	Aumentos de Capital	695.997	0	-695.997	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-33.584	0	-33.584
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	125.397	0	125.397
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	125.397	0	125.397
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-387	0	412	-412	-387
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	412	-412	0
5.06.04	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	-387	0	0	0	-387
5.07	Saldos Finais	1.635.145	48.672	339.610	92.225	-10.226	2.105.426

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	939.148	36.478	785.418	0	147.863	1.908.907
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	939.148	36.478	785.418	0	147.863	1.908.907
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-32.626	0	-32.626
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-32.626	0	-32.626
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	110.897	0	110.897
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	110.897	0	110.897
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	456	-456	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	456	-456	0
5.07	Saldos Finais	939.148	36.478	785.418	78.727	147.407	1.987.178

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	758.968	712.999
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	692.439	656.944
7.01.02	Outras Receitas	4.887	4.419
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	62.028	51.546
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-386	90
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-238.655	-204.534
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-204.330	-173.284
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-34.496	-31.880
7.02.04	Outros	171	630
7.03	Valor Adicionado Bruto	520.313	508.465
7.04	Retenções	-33.333	-27.974
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-33.333	-27.974
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	486.980	480.491
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	28.924	32.379
7.06.02	Receitas Financeiras	27.040	28.678
7.06.03	Outros	1.884	3.701
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	515.904	512.870
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	515.904	512.870
7.08.01	Pessoal	227.786	236.638
7.08.01.01	Remuneração Direta	161.731	162.312
7.08.01.02	Benefícios	52.077	53.272
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.564	7.485
7.08.01.04	Outros	6.414	13.569
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	143.232	143.001
7.08.02.01	Federais	139.199	139.954
7.08.02.02	Estaduais	3.576	2.393
7.08.02.03	Municipais	457	654
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	19.489	22.334
7.08.03.01	Juros	12.554	15.775
7.08.03.02	Aluguéis	6.935	6.559
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	125.397	110.897
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	33.584	32.626
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	91.813	78.271

A receita bruta de vendas e/ou serviços da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, no primeiro trimestre de 2018, alcançou a cifra de R\$693.805, isto é, apresentou um incremento de 5,47% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$657.889. Esse incremento pode ser explicado pela combinação de alguns fatores, como: crescimento vegetativo das ligações de água e esgoto e aumento da tarifa a partir de julho de 2017 no percentual de 4,17% para os municípios atendidos pela Corsan.

Os gastos no primeiro trimestre de 2018 sofreram um acréscimo de 5,13%, ou seja, atingiram R\$397.608 frente aos R\$378.203 verificados no mesmo período do ano anterior. Os grupos de Materiais, Serviços e Gerais realizaram um valor 30,14%, 12,81% e 11,79% respectivamente superiores em comparação ao mesmo período do ano anterior, enquanto que o grupo de Pessoal/Encargos apresentou uma variação negativa de 1,81%.

O confronto entre os valores dos gastos do exercício atual e do anterior, no primeiro trimestre, pode ser observado através do Quadro 1 – Comparativo das Despesas por Natureza 2018/2017 – 1º Trimestre, a seguir:

Quadro 1 - Comparativo das Despesas por Natureza 2018/2017 - (Em R\$ mil)

Natureza do Gasto	Realização - 2018			Realização - 2017			% Variação
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total	
Pessoal/Encargos	153.282	59.826	213.108	155.958	61.070	217.028	(1,81)
Materiais	21.301	950	22.251	16.436	661	17.097	30,14
Serviços	110.200	21.575	131.775	98.724	18.093	116.817	12,81
Gerais	16.295	14.179	30.474	12.429	14.832	27.261	11,79
Subtotal	301.078	96.530	397.608	283.547	94.656	378.203	5,13
Depreciações e Amortizações	32.365	969	33.334	27.120	854	27.974	19,16
Provisões	(6.567)	48.011	41.444	448	44.014	44.462	(6,79)
Custos de Construção	61.260	-	61.260	50.547	-	50.547	21,19
Outras Despesas	-	19.544	19.544	-	34.342	34.342	(43,09)
Total	388.136	165.054	553.190	361.662	173.866	535.528	3,30

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2018 e 2017
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN (“Companhia”) é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Por Ações, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010, e pela Lei nº 14.833, de 04 de janeiro de 2016. A Companhia passou a operar de forma efetiva a partir de 28 de março de 1966.

O acionista controlador da CORSAN é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital social, estando a Companhia vinculada à Secretaria Estadual de Obras, Saneamento e Habitação.

O objeto da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais, bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, concernentes à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

Atua em 317 municípios do Rio Grande do Sul com sistemas de abastecimento de água e, concomitantemente, em 289 municípios com contratos firmados de sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Em 288 municípios, as operações decorrem de Contratos de Programa, conforme regulamentado na Lei nº 11.445/07. Em 31 de março de 2018, há 18 contratos cujos prazos de concessão expiraram, estando todos em fase de negociação para renovação dos serviços concedidos, mediante Contratos de Programa.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1) Declaração de conformidade e base de preparação

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB” em especial ao IAS 34. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, em especial o CPC 21 (R1) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras intermediárias ocorreu na reunião de diretoria de 07 de maio de 2018.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo e alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.3) Contas a receber de clientes

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio histórico de cada cliente.

2.4) Ativos financeiros – contratos de concessão

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia. Estas contas a receber são classificadas no ativo não circulante, considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

2.5) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base em critério técnico, segundo avaliação das contas a receber de usuários do serviço de água e esgoto, e a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas no passado. O valor provisionado é considerado suficiente pela administração para cobrir a expectativa de perdas na realização dos créditos.

Notas Explicativas

2.6) Estoques

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto e encontram-se classificados no ativo circulante. A avaliação é realizada pelo custo médio de aquisição, e não excede o valor líquido realizável.

2.7) Investimentos

Os investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

2.8) Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia está composto, substancialmente, por terrenos, prédios, veículos, sistemas de esgotos próprios e ligados à atividade industrial privada e outros bens que não estão vinculados à concessão pública. Os bens classificados no ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção. Quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo será reconhecido no valor contábil do imobilizado se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

Edifícios	25 anos
Máquinas	10 anos
Veículos	5 anos
Demais bens móveis	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A Companhia revisa a vida útil-econômica desses ativos anualmente.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.9) Ativos intangíveis

Concessões

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios, sendo os contratos similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente.

Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação, controlada pelas Agências Reguladoras dos Serviços Públicos Delegados, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo intangível esse direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante o período de concessão, em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme nota 2.14, e o valor do ativo financeiro, trazido a valor presente, referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens ou prazo de concessão, como segue:

	Vida útil do intangível	Prazo médio de concessão
Sistemas de água	60 anos	25 anos
Sistemas de esgoto	60 anos	25 anos
Bens de uso geral	10 anos	25 anos

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica, em que os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado ou deixar de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos. A Companhia não possui nenhum contrato de concessão oneroso.

Notas Explicativas

2.10) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou outros passivos financeiros. A Companhia determina a classificação de seus instrumentos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os principais ativos financeiros em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e ativos financeiros de contratos de programa. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e/ou empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e dívidas com a Fundação CORSAN.

A Companhia não realizou, durante o trimestre findo em 31 de março de 2018 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, operações com instrumentos derivativos.

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, e outros passivos financeiros – empréstimos e financiamentos.

Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos e passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas, no resultado, como despesa financeira ou despesa comercial, conforme a natureza do ativo financeiro ao qual a perda se relaciona.

Outros passivos financeiros - empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.11) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.12) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação CORSAN, Entidade Fechada de Previdência Complementar, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação é do tipo “benefício definido” e a avaliação é procedida por atuário independente. De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695, de 2012, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em “outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido, como requerido no CPC 33(R1) e IAS 19 – Benefício a Empregados.

Notas Explicativas

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos pela Fundação CORSAN.

2.13) Impostos

Imposto de renda e contribuição social corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor conforme normas estabelecidas para as empresas que têm como base de apuração o lucro real.

Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15%, mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para contribuição social.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Imunidade

Em virtude do posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca da extensão da imunidade tributária, relativa ao Imposto de Renda e Contribuição Social, às sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos essenciais, a Companhia, em 17 de dezembro de 1993, ajuizou Ação Ordinária Declaratória Cumulada com Repetição de Indébito para se beneficiar da referida imunidade através do Processo 93.00.15146-5/RS ou 0015146-22.1993.4.04.7100. Por se tratar de uma contingência ativa, este processo somente será reconhecido nas demonstrações financeiras intermediárias quando do seu efetivo recebimento. O referido processo encontra-se pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal através do processo RE 342314.

Impostos sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,60%
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1,65%
ISS - Imposto sobre Serviços	2% a 5%

Os serviços são apresentados na demonstração do resultado pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de serviços).

2.14) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

Notas Explicativas

Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente interrelacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global, e; iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47 Contratos de Construção (IFRS 15), segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contratadas, ou estimadas (1,25% em 31 de março de 2018 e 1,97% em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia revisa pelo menos anualmente suas margens.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

2.15) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O valor dos juros sobre o capital próprio é tratado, para fins contábeis, como dividendo e é apresentado nas demonstrações financeiras como uma redução do Patrimônio Líquido conforme Deliberação CVM nº 683/12. O benefício fiscal relacionado é registrado e ajustado na apuração do IRPJ e CSLL.

As informações de juros sobre o capital próprio estão apresentadas na Nota 22d.

2.16) Demonstrações dos fluxos de caixa e valor adicionado

A Demonstração dos fluxos de caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03(R2) (IAS7) – Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (IASB).

Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e a outras atividades que não são de investimento e de financiamento;

Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;

Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

A Demonstração do valor adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC09 – demonstração do valor adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza gerada pela Companhia durante o período, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (*stakeholders*).

2.17) Ajustes a valor presente

Os ativos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e, em certos casos, implícita. Em 31 de março de 2018, os ativos financeiros relacionados à concessão de serviços públicos e o contas a receber de longo prazo foram ajustados a seu valor presente.

2.18) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.19) Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, conseqüentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia e, desta forma, o dividendo básico e o diluído são de idêntico valor.

Notas Explicativas

2.20) Programa de participação nos lucros e resultados – PPLR

No exercício, são registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estes valores são calculados com base em indicadores e metas definidas pela Administração e apropriadas em contas específicas nos grupos de custos dos serviços, despesas comerciais e despesas administrativas.

2.21) Redução ao valor recuperável – *Impairment*

Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores eventualmente podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Nas datas dos balanços, não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.22) Custo de empréstimo

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos com empréstimo são registrados como despesa no período em que ocorrerem. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos.

Conforme permitido pelo ICPC 01, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos intangíveis dos serviços de construção relacionados aos contratos de concessão de serviços públicos.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Entretanto, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e

Notas Explicativas

interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados e para as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; todavia, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Benefícios de aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas periodicamente. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas fiscais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em um período não superior a um ano.

4. PRONUNCIAMENTOS DO IFRS

a) Pronunciamentos do IFRS novos ou revisados a serem aplicados pela primeira vez em 2018

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de *hedge*, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas. A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas. Segundo estudos da companhia esta norma não produzirá efeitos em suas demonstrações financeiras.

IFRS 15 - Receita de contratos com clientes - A IFRS 15 foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A IFRS 15 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo que a aplicação inicial segundo estudos da companhia não produzirá efeitos no período comparativo de 31 de dezembro de 2017.

IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2 - O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

Na adoção, as entidades são obrigadas a adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios forem atendidos. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada.

Estas alterações não têm impactos para Companhia, uma vez que ela não adota este tipo de pagamento.

Notas Explicativas

b) Pronunciamentos do IFRS emitidos ainda não em vigor em 31 de março de 2018

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. Porém, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia quando de sua adoção inicial:

Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture) - As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle de uma subsidiária que é vendida ou contribuída a uma associada ou a um empreendimento controlado em conjunto (joint venture). As alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultantes da intermediação de venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou joint venture, são reconhecidos(as) na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultantes da intermediação de venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, são reconhecidos(as) somente na extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou joint venture. O IASB adiou indefinidamente a data de vigência das referidas alterações, mas uma entidade que adotar as alterações antecipadamente deve aplicá-las prospectivamente.

Entretanto, essas alterações não têm efeito sobre sua posição patrimonial e financeira e desempenho das operações, uma vez que a Companhia não possui diferenças temporárias dedutíveis ou ativos que estejam no âmbito das alterações.

IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil - A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substitui a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, a IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, o SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos - e o SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.61.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

Esta norma não tem impactos nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que ela não adota este tipo operação.

A Companhia pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Considerando as atuais operações da Companhia, a administração não espera que estas alterações produzam efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2018	31/12/2017
Caixa	1	1
Depósitos bancários	20.767	10.773
Aplicações de liquidez imediata	5.516	13.696
Total	26.284	24.470

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas Explicativas

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras de curto prazo totalizam R\$69.810 em 31 de março de 2018 (R\$55.233 em 31 de dezembro de 2017) e referem-se, substancialmente, a fundos de investimento de renda fixa e aplicações junto ao SIAC (Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado), com liquidez diária.

As aplicações financeiras de longo prazo totalizam R\$60.964 em 31 de março de 2018 (R\$59.968 em 31 de dezembro de 2017) e referem-se, substancialmente, a valores dados em garantia para empréstimos contraídos para obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) promovido pelo Governo Federal junto aos Bancos Banrisul e Caixa Econômica Federal.

O montante do ativo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Banco	Ano	Valor
Banrisul Reserva BNDES PAC 1	2023	6.461
Banrisul Reserva BNDES PAC 2	2027	6.289
Caixa Econômica Federal Reserva	2034	48.214
Total		60.964

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/03/2018	31/12/2017
Contas a receber vencidas		
Particular	16.186,9	163.463
Pública	7.548	13.085
Contas a receber vencidas		
Particular	85.610	74.571
Pública	23.731	13.087
Receitas a faturar	66.354	72.221
Total de contas a receber	345.112	336.427
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.424)	(6.038)
Total	338.688	330.389
Circulante	333.632	326.980
Não circulante	5.056	3.409

Os valores de contas a receber estão compostos da seguinte forma:

	31/03/2018		31/12/2017	
	Particular	Pública	Particular	Pública
A vencer	16.186,9	7.548	163.463	13.085
Créditos vencidos - 01 a 30 dias	57.019	5.045	48.196	4.517
Créditos vencidos - 31 a 90 dias	19.377	8.339	16.465	3.513
Créditos vencidos - 91 a 180 dias	5.532	7.605	6.952	1.977
Créditos vencidos - 181 a 360 dias	1.805	1.553	1.898	1.548
Créditos vencidos - mais de 360 dias	1.877	1.189	1.060	1.532
Total	247.479	31.279	238.034	26.172

O saldo com o poder público corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal. As faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul têm sido liquidadas através de encontro de contas com dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

A conta "Receitas a faturar" se refere aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês (nota 2.14).

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída considerando as contas a receber vencidas há mais de 180 dias e faturas que apresentam risco de perda.

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	31/03/2018	31/12/2017
Saldo no início do período	(6.038)	(10.331)
Adições	(1.753)	(10.619)
Reversões/realização de perda	1.367	14.912
Saldo no final do período	(6.424)	(6.038)

7. ESTOQUES

	31/03/2018	31/12/2017
Tubulações de água e esgoto	56.086	59.064
Materiais de tratamento/laboratório	4.730	2.972
Materiais diversos	15.956	14.421
Total	76.772	76.457

Notas Explicativas

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo, à manutenção de sistemas de água e esgoto. Os materiais destinados à aplicação em obras são classificados no intangível.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/03/2018	31/12/2017
Classificados no ativo não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	418.547	403.498
Classificados no passivo não circulante		
PASEP e COFINS diferidos	7.847	7.961

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

De acordo com o CPC 32 (R2), vêm sendo registrados os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias. As bases destes créditos são as seguintes:

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos	31/03/2018	31/12/2017
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:		
Passivo atuarial	921.892	928.411
Provisões para contribuição adicional à Fundação CORSAN	8.288	7.692
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	723.009	678.098
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	6.424	6.038
Provisões para perdas - diversas	9.610	9.610
Provisões para perdas - Prefeitura de Novo Hamburgo	88.514	88.514
Contribuições previdenciárias tributadas por regime de caixa	24.863	26.691
Reserva de reavaliação	(74.257)	(74.259)
Efeitos da adoção do ICPC01 - contratos de concessão	(256.527)	(260.275)
Encargos financeiros capitalizados	(220.219)	(215.040)
Variação cambial tributada por regime de caixa	(1.598)	(2.091)
Outras provisões e diferenças temporárias	1.021	(6.631)
Total das diferenças temporárias	1.231.020	1.186.758
Alíquota vigente	34%	34%
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	418.547	403.498

Conciliação alíquota efetiva	31/03/2018	31/03/2017
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	172.176	149.596
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(58.540)	(50.863)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Juros sobre capital próprio	11.418	-
Incentivos fiscais	1.582	1.462
Outras diferenças permanentes	(1.239)	10.702
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(46.779)	(38.699)
Corrente	(61.829)	(54.602)
Diferido	15.050	15.903
Alíquota efetiva	27%	26%

Para fins de adequação à Deliberação CVM nº 683/12, o valor dos JSCP foi registrado diretamente no Patrimônio Líquido.

b) COFINS e PASEP diferidos

	31/03/2018			31/12/2017		
	COFINS	PASEP	Total	COFINS	PASEP	Total
RTT	6.447	1.400	7.847	6.541	1.420	7.961
Valor passivo	6.447	1.400	7.847	6.541	1.420	7.961

9. OUTROS CRÉDITOS

	31/03/2018	31/12/2017
Créditos com prefeituras municipais	3.054	2.815
Adiantamento de férias	2.457	3.682
Indenizações judiciais a receber	4.434	4.434
Por serviços ou obras prestados a terceiros	1.938	2.025
Valores a compensar	1.033	1.033
Créditos diversos	438	377
Total	13.354	14.366
Circulante	6.283	7.508
Não circulante	7.071	6.858

Notas Explicativas

10. ATIVOS FINANCEIROS – CONTRATOS DE CONCESSÃO

A Companhia possui, em 31 de março de 2018, R\$473.717 a receber do poder concedente (municípios), referente ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões (R\$458.612 em 31 de dezembro de 2017). Este valor foi ajustado ao respectivo valor presente no reconhecimento inicial, tendo sido descontado pelo custo médio ponderado de capital, conforme segue:

	31/03/2018	31/12/2017
Ativos financeiros	1.217.001	1.209.967
(-) Ajuste a valor presente	(743.284)	(751.355)
Total	473.717	458.612

Movimentação do Ativo Financeiro	31/03/2018	31/12/2017
Saldo no início do período	458.612	402.336
Constituição/realização de AVP	12.673	42.454
Adições/(Baixas)	(2.775)	(59.856)
Transferências líquidas	5.207	73.678
Saldo no final do período	473.717	458.612

Transferência de bens e serviços

Por força de decisão judicial da 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, sob o Processo nº 01197704164, a CORSAN fez a entrega para a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, conforme termo de entrega de serviços públicos concedidos, assinado entre as partes em 03/12/98, do sistema de abastecimento de água, equipamentos, instalações e o acervo vinculado e necessário aos referidos serviços. Em 14/12/98, por decisão do Superior Tribunal de Justiça, foi sustado o cumprimento do mandado de intimação para entrega compulsória daqueles serviços, embora já tivessem sido entregues. O saldo deste imobilizado em 31 de março de 2018 totaliza R\$23.058 (R\$23.058 em 31 de dezembro de 2017) e foi reclassificado para o ativo financeiro quando da aplicação do ICPC 01 em 2010.

Em atendimento à decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos das Suspensões de Liminares (SLS) números 1406-RS e 1407-RS, a CORSAN fez a transferência da operação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e respectivos bens a eles afetos ao município de Uruguaiana, conforme termo de transferência assinado entre as partes, em 24 de junho de 2011. O saldo deste contrato em 31 de março de 2018 totaliza R\$34.078 (R\$34.170 em 31 de dezembro de 2017).

11. IMOBILIZADO

Custo	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do imobilizado
Saldos em 31/12/2017	22.128	349.969	2.111	374.208
Adições	-	11.515	228	11.743
Baixas	-	(152)	-	(152)
Transferências	-	(292)	-	(292)
Saldos em 31/03/2018	22.128	361.040	2.339	385.507
Depreciação				
Saldos em 31/12/2017	(18.997)	(251.015)	-	(270.012)
Depreciações	(87)	(4.340)	-	(4.427)
Baixas	-	152	-	152
Transferências	-	19	-	19
Saldos em 31/03/2018	(19.084)	(255.184)	-	(274.268)
Saldos líquidos em 31/12/2017	3.131	98.954	2.111	104.196
Saldos líquidos em 31/03/2018	3.044	105.856	2.339	111.239

A depreciação do período apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$3.459 (R\$2.802 em 31 de março de 2017), R\$452 (R\$467 em 31 de março de 2017) como despesa comercial e R\$516 (R\$387 em 31 de março de 2017) como despesa administrativa.

Sob a rubrica "sistemas de esgotos", são registrados itens do ativo imobilizado utilizados pela Companhia em atividades próprias ou para prestação de serviços não relacionados à concessão pública, como, por exemplo, tratamento de esgoto de condomínios industriais privados.

Sob a rubrica "bens de uso geral", são registrados terrenos, imóveis, veículos e máquinas utilizados pela Companhia em atividades não relacionadas à concessão pública.

Notas Explicativas**12. INTANGÍVEL**

Custo	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do intangível
Saldos em 31/12/2017	1.045.531	928.863	162.185	1.240.243	3.376.822
Adições	3.302	261	2.121	66.222	71.906
Baixas	-	-	(3)	(9)	(12)
Transferências	6.185	705	1.081	(5.203)	2.768
Saldos em 31/03/2018	1.055.018	929.829	165.384	1.301.253	3.451.484
Amortização					
Saldos em 31/12/2017	(300.036)	(170.766)	(62.446)	-	(533.248)
Amortizações	(14.122)	(11.468)	(3.316)	-	(28.906)
Baixas	-	-	3	-	3
Transferências	8	-	(15)	-	(7)
Saldos em 31/03/2018	(314.150)	(182.234)	(65.774)	-	(562.158)
Saldos líquidos em 31/12/2017	745.495	758.097	99.739	1.240.243	2.843.574
Saldos líquidos em 31/03/2018	740.868	747.595	99.610	1.301.253	2.889.326

A amortização do período apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$28.906 (R\$24.318 em 31 de março de 2017).

Sob a rubrica “bens de uso geral”, são registrados imóveis e equipamentos necessários à administração e manutenção dos sistemas de água e esgoto diretamente relacionados à concessão pública. Tais ativos têm vida útil específica.

O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o trimestre findo em 31 de março de 2018 é de R\$5.961 (R\$6.164 em 31 de março de 2017).

13. SEGUROS

Em função das características de suas operações serem multilocalizadas, com base em programa de gerenciamento de riscos, através de análise de priorização com a análise da baixa probabilidade e pequeno impacto representando pequenos problemas e prejuízos a Companhia não adota política de transferir o risco de sinistro através de contratação de seguros.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Indexador	Taxa de juro anual	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	TJLP	2,61%	15/07/29	35.945	34.982	174.372	173.493
BID - Projeto "Pró-Guaíba"	USDÓLAR	4,16%	26/07/20	12.410	12.878	18.191	24.140
Caixa Econômica Federal	UPR	6,08%	15/07/38	8.595	6.844	167.301	168.169
Prefeitura Municipal de Encantado	UPR	6,00%	06/05/30	145	146	825	838
Prefeitura Municipal de Osório	UPR	6,00%	04/08/30	1.604	1.594	17.265	17.552
Prefeitura Municipal de Torres	UPR	6,00%	05/04/28	348	349	2.728	2.803
Total				59.047	56.793	380.682	386.995

O financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID foi contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba.

Os financiamentos com a Prefeitura Municipal de Encantado, com a Prefeitura Municipal de Osório e com a Prefeitura Municipal de Torres foram contratados junto à Caixa Econômica Federal visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios.

Os demais empréstimos e financiamentos foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgoto e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da receita da CORSAN, até o limite do saldo devedor de cada contrato na data dos balanços.

Determinados contratos mantidos com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) possuem cláusulas financeiras que estabelecem metas de desempenho econômico-financeiro, que, se cumpridas, possibilitam à Companhia uma redução em sua taxa de juros contratual. Os juros sobre estes empréstimos são apropriados considerando os impactos decorrentes da aplicação de tais cláusulas.

Notas Explicativas

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Ano	Valor
2019	34.699
2020	50.770
2021	39.201
2022	39.794
2023	32.340
Após 2023	183.878
Total	380.682

15. DEBÊNTURES

Em 2 de dezembro de 2010, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a emissão Privada de Debêntures Simples, conforme contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

Foram emitidas 93 debêntures no valor total de R\$57.509, em 03 séries, sendo emitidas 28 debêntures na primeira série, 30 debêntures na segunda série e 35 debêntures na terceira série.

Em 31 de março de 2018, os recursos da primeira, segunda e terceira emissão foram captados, conforme segue:

Primeira emissão: são 28 (vinte e oito) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de abril de 2012, com 3 (três) anos de carência do principal e vencimentos em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais, sendo que a última parcela será liquidada em 16 de maio de 2022.

Segunda emissão: são 30 (trinta) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 25 de março de 2013, com 37 (trinta e sete) meses de carência do principal e vencimentos de 7 (sete) parcelas anuais, sendo que a última parcela será liquidada em 25 de abril de 2023.

Terceira emissão: são 35 (trinta e cinco) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de dezembro de 2014, com 36 (trinta e seis) meses de carência do principal e vencimentos em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais, sendo que a última parcela será liquidada em 15 de janeiro de 2024.

	Indexador	Taxa de juros anual	Circulante		Não circulante	
			31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
1ª Emissão	TJLP	1,92%	2.106	2.108	4.556	5.129
2ª Emissão	IPCA	1,92%	3.886	4.085	7.681	11.422
3ª Emissão	TJLP	1,92%	2.956	2.953	5.371	6.093
Total			8.949	9.146	17.608	22.644

De acordo com a cláusula 7ª do contrato nº 10.2.1772.2, a emitente se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato de promessa de subscrição e da escritura, uma aplicação vinculada com saldo não inferior a R\$2.220. Em 31 de março de 2018, o saldo dessa aplicação financeira é de R\$3.426 (R\$3.341 em 31 de dezembro de 2017).

A escritura inclui uma cláusula de "Obrigações Especiais da Emitente", com a obrigação de manter, durante a vigência das debêntures até o seu vencimento final, os seguintes índices, apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras completas anuais.

Índices	Metas
Endividamento líquido total/EBTIDA	Igual ou inferior a 2,1
Índice de cobertura do serviço da dívida total	Igual ou superior a 1,9
Investimentos/receita líquida	Igual ou inferior a 26%

16. FORNECEDORES

	31/03/2018	31/12/2017
Fornecedores de materiais e serviços	102.215	118.284
Parcelamento - RGE	99	136
Total	102.314	118.420
Circulante	102.215	118.284
Não circulante	99	136

17. PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Imposto ou contribuição	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
			31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
COFINS	Selic	04/2022	6.262	6.540	26.183	26.161
PASEP	Selic	04/2022	1.359	1.420	5.685	5.680
Contribuição social	Selic	04/2022	650	679	2.719	2.716
Imposto de renda	Selic	04/2022	4.424	4.621	18.499	18.482
Total			12.695	13.260	53.086	53.039

Notas Explicativas**18. OUTROS DÉBITOS**

	31/03/2018	31/12/2017
Consignações a recolher	5.123	5.612
Depósitos e retenções contratuais	4.477	4.255
Convênio Sesi	377	357
Outras contas a pagar	151	1.193
Total	10.128	11.417

19. CONTRATOS DE REPASSE**a) Orçamento Geral do Estado - OGE**

Foi assinado contrato de repasse do Orçamento Geral do Estado – OGE, entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento - SDPI, representado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul, e a CORSAN, que tem por finalidade a implantação de sistema de abastecimento de água do Distrito Industrial de Guaíba. A CORSAN, na qualidade de executora, recebeu os recursos financeiros para execução das obras e garantiu a contrapartida do contrato. Os valores foram transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação, e montam R\$4.090 em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017. Historicamente, estes valores são capitalizados por determinação do Acionista Controlador.

b) Agência Nacional das Águas – ANA

Foi assinado contrato 092/ANA/2014 – PRODES entre a Agência Nacional das Águas – ANA e a Companhia, que tem por propósito a transferência de recursos a título de compra de esgoto tratado no município de Erechim. Os valores são transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação, e montam R\$5.142 em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

20. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável, e foram contabilizados conforme a expectativa de perda “provável”, com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia.

A provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas é composta como segue:

	31/03/2018		31/12/2017	
	Trabalhista	Cível e fiscal	Trabalhista	Cível e fiscal
Saldo inicial	553.330	124.768	431.369	118.515
Adições	68.960	1.358	218.686	8.712
Saques/reversões	(30.262)	(228)	(121.087)	(6.906)
Despesa financeira	4.301	782	24.362	4.447
Saldo final	596.329	126.680	553.330	124.768
Total		723.009		678.098
Circulante		125.932		117.882
Não circulante		597.077		560.216

Os depósitos judiciais efetuados em conexão com as provisões podem ser assim representados:

As principais contingências provisionadas são:

	31/03/2018	31/12/2017
Saldo inicial	327.629	272.242
Adições	59.987	232.693
Saques/reversões	(27.611)	(177.306)
Saldo final	360.005	327.629
Circulante	119.835	109.135
Não circulante	240.170	218.494

Ações trabalhistas

a) Processo 01292.001/86-0 SINDIÁGUA - A origem do processo decorreu da implantação do Plano Cruzado em 1986, quando houve uma redução nominal dos salários pagos pela Companhia, na ordem de aproximadamente 11%, em virtude do imperativo legal que implantou o plano. O Sindicato entrou com uma ação, como substituto processual, tendo obtido ganho de causa. Foi realizado um acordo parcial em 1989, no qual os valores foram recompostos na folha de pagamento e os atrasados tiveram um acordo parcial, em que foram pagos os valores incontroversos. Para os valores controversos, a Companhia continua discutindo judicialmente. Essa provisão totaliza, em 31 de março de 2018, R\$72.310 (R\$71.236 em 31 de dezembro 2017).

b) Outras reclamações trabalhistas - Estas se referem a reclamações movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 2.339 ações. Em 31 de março de 2018, a provisão referente a outras reclamações trabalhistas totaliza R\$524.019 (R\$482.094 em 31 de dezembro de 2017).

c) Dentre as ações trabalhistas, existem aquelas com prognósticos de perdas possíveis, para as quais a Companhia não constituiu provisão, no valor de R\$255.146 em 31 de março de 2018 (R\$264.788 em 31 de dezembro de 2017).

Notas Explicativas

Ações cíveis e fiscais

a) Ação ENC Empreiteira de Obras Ltda. (e como solidária Andrade Gutierrez) - No primeiro trimestre de 2013, a Companhia recebeu uma notificação nº 026/1.06.0003391-7 referente a processo movido pela Empreiteira de Obras Ltda. contra a CORSAN e Construtora Andrade Gutierrez S/A, na qual a demandada buscou a condenação da Construtora Andrade Gutierrez S/A ao pagamento de quantia atinente ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de subempreitada firmado pelas mesmas para a execução da obra de construção do projeto denominado Lago Dourado. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de março de 2018 no montante de R\$4.668 (R\$4.668 em 31 de dezembro de 2017).

b) Em 29 de agosto de 2012, a CORSAN recebeu o Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, no total de R\$4.648 a título de IRPJ e CSLL sobre exclusões indevidas do lucro líquido, de valores contabilizados devidos à Fundação CORSAN, processo nº 11080730926/2012-49. A Companhia protocolou Processo Administrativo de Impugnação, o qual ainda não foi julgado. A Companhia possui provisão para a totalidade do valor questionado, a qual totaliza R\$5.939 em 31 de março de 2018 (R\$5.890 em 31 de dezembro de 2017).

c) Outras reclamatórias - As ações referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Em um segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações cominatórias, ações populares, entre outras. As ações fiscais referem-se, principalmente, à cobrança do uso do solo e de ISSQN por parte dos municípios. Ao todo, a Companhia é parte em 2.167 ações para as quais está provisionado em 31 de março de 2018 o montante de R\$116.073 (R\$114.210 em 31 de dezembro de 2017).

d) A Companhia, também, é demandada judicialmente em ações cíveis e fiscais para as quais não foram constituídas provisões, por terem prognósticos de perdas possíveis, no valor de R\$224.181 em 31 de março de 2018 (R\$215.056 em 31 de dezembro de 2017).

21. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

	31/03/2018	31/12/2017
Plano de benefício definido	614.944	612.677
Sistema de assistência IPE-SAÚDE	72.390	73.634
Incentivo à demissão voluntária	234.558	242.100
Total	921.892	928.411

a) Plano de aposentadoria

O plano de benefícios "BD nº 001" é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela Fundação CORSAN, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora CORSAN, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre o qual incidirá contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor-base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto Fundação CORSAN).

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual.

Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto Fundação CORSAN, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC).

b) Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE

A cobertura relativa ao Sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no "Termo de Contrato de Prestação de Serviços", celebrado entre a patrocinadora CORSAN e o IPE - Instituto de Previdência do Estado do RS.

A contrapartida financeira mensal da Companhia para o IPE-SAÚDE corresponde a 10,44% incidente sobre o salário de contribuição dos servidores vinculados à CORSAN. Pelo acordo coletivo da Companhia, fica garantido que 50% desse mesmo percentual serão extensivos aos servidores que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela Fundação CORSAN.

c) Incentivo à demissão voluntária

A CORSAN mantém um benefício de Incentivo à Demissão Voluntária aos funcionários, conforme estabelecido no Acordo Coletivo Intersindical 2016 – 2017. A referida vantagem permaneceu aberta para novas adesões até 31 de dezembro de 2016. A CORSAN dispõe de um prazo de 30 meses para efetivar o desligamento. Em 31 de março de 2018, há 154 adesões aguardando efetivo desligamento.

A indenização mensal é limitada em até 62 meses ou no momento em que os empregados completarem as carências junto da Fundação CORSAN, o que ocorrer primeiro.

Em 1º de maio de 2011, foi reformulado o Plano de Demissão Voluntária - PDV, com prazo para adesão de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2016, onde até 31 de dezembro de 2016, 1.590 funcionários aderiram ao plano. No trimestre, 10 funcionários já haviam se desligado da Companhia. A despesa com desligamento foi de R\$11.339 (R\$15.972 em 31 de março de 2017).

A Companhia reconheceu, em 31 de março de 2018, um ajuste líquido na avaliação atuarial entre as provisões do plano de benefício pós-emprego, "IPE SAÚDE" e "PAI/SPP" de R\$6.518. Esse ajuste foi realizado com base no laudo técnico preparado pelo atuário externo da Companhia, atualizado para esta data-base.

Estrutura jurídica

Notas Explicativas

A Fundação CORSAN caracteriza-se como entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada, constituída sob forma de fundação pela Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN.

Gestão de investimentos

A gestão dos fundos de investimentos da Fundação CORSAN está estruturada na forma de gestão própria e terceirizada, sendo a gestão dos fundos de investimentos totalmente terceirizada, e a gestão de imóveis e empréstimos realizada pela própria Fundação CORSAN.

Política de investimentos

A Fundação CORSAN planeja e acompanha seus investimentos, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, bem como em conformidade com sua política de investimentos.

O processo de planejamento e revisão da PI é anual, e se inicia no mês de outubro, com reuniões entre a área de investimentos, o Comitê de investimentos, a Consultoria financeira e a Diretoria executiva. Depois de estruturada a PI é submetida pela Diretoria executiva ao Conselho Deliberativo para aprovação.

Fontes de recursos

A Fundação CORSAN obtém recursos decorrentes de:

- * contribuição de participantes ativos e assistidos;
- * contribuição mensal das patrocinadoras, principalmente da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN;
- * receitas de aplicações do patrimônio.

Gestão de recursos

A Fundação CORSAN delega a Instituições financeiras, criteriosamente selecionadas, a gestão de parte de seus recursos, realizando acompanhamento diário destes gestores e fundos de investimentos.

Custeio administrativo

A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho Deliberativo, e deverão estar expressamente previstas no plano de custeio e no orçamento anual.

Despesas de administração do plano

As despesas de administração do plano de benefício são cobertas, paritariamente, por uma parcela de contribuições dos participantes ativos e patrocinadoras. No trimestre, as despesas de administração somaram 8% sobre a base de contribuições aprovada pelo Conselho Deliberativo.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia é de R\$1.635.145 e R\$939.148 respectivamente, estando assim representado:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total ações	Capital total (%)	Capital votante (%)	Ações preferenciais (%)
Estado do Rio Grande do Sul	306.756.796	306.756.796	613.513.592	99,99999348018	99,99999348018	99,99999348018
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000162996	0,00000162996	0,00000162996
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,00000097797	0,00000097797	0,00000097797
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Muçum	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Total	306.756.816	306.756.816	613.513.632	100,00000000000	100,00000000000	100,00000000000

Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei. Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não foram outorgados planos de opções de compra de ações.

Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de capital

As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício, e após transitarem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

c) Outros resultados abrangentes

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994. Em contrapartida, foi constituída reserva de reavaliação no patrimônio líquido, sendo que a realização se dá através de

Notas Explicativas

depreciação e baixas dos respectivos bens, cujo total em 31 de março de 2018 monta R\$72.247 (R\$72.659 em 31 de dezembro de 2017), líquida de efeitos tributários.

Com a aplicação do ICPC01 – Contratos de concessão, o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foi considerado como o valor justo do ativo intangível relacionado à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009, e a reserva de reavaliação, transferida para a conta de “outros resultados abrangentes”.

Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou somente no caso de alienação ou baixa do ativo. O valor realizado contra lucros acumulados no trimestre, totalizou R\$412, líquido dos efeitos tributários (R\$456 em 31 de março de 2017).

Conforme previsto pela Deliberação CVM nº 695/2012, os eventuais ativos ou passivos decorrentes de ganhos ou perdas atuariais passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras na conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui registrado um ganho atuarial de R\$82.473 líquidos dos efeitos de créditos tributários.

d) Remuneração aos acionistas

De acordo com a Lei nº 9.249/95, a Companhia efetuou no trimestre findo em 31 de março de 2018, o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$33.584 (R\$32.626 em 31 de março de 2017), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido observado o limite de 50% do somatório dos lucros acumulados e reservas de lucros. Conforme previsto pela legislação fiscal, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do trimestre findo em 31 de março de 2018 foram reduzidos em R\$11.418 (R\$11.093 em 31 de março de 2017) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

Para fins de adequação à Deliberação CVM nº 683/12 o valor dos juros sobre capital próprio é registrado no Patrimônio Líquido.

A Companhia imputou parte do valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos líquido do Imposto de renda retido na fonte.

e) Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, é constituída à base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais compreende as doações de instalações e equipamentos de órgãos públicos.

Reserva de retenção de lucros

Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais e dividendos, acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados.

Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional, de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

f) Adiantamento para futuro aumento de capital

Com base em faculdade prevista pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia mantém registrado como adiantamento para futuro aumento de capital o montante de R\$31.524 em 31 de março de 2018 (R\$31.911 em 31 de dezembro de 2017), oriundo de repasse de recursos do Orçamento Geral da União – OGU e da Fundação Nacional da Saúde – FUNASA.

Em 11 de janeiro de 2018 a CORSAN foi comunicada do cancelamento dos Termos de Compromisso OGU PAC 2 - Estudos e Projetos de Água e Esgoto pelo Ministério das Cidades, todos assinados em 31/10/2011 entre o Governo de Estado do Rio Grande do Sul e o Ministério das Cidades.

Em função disso, em 26 de janeiro de 2018, procedeu a devolução de Recursos de Repasse do Orçamento Geral da União no montante de R\$387.

23. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações entre a CORSAN e o Estado do Rio Grande do Sul:

	31/03/2018	31/12/2017
Contas de água e esgoto - saldo a receber	25.310	18.217
Aplicações no caixa único do Estado	4.638	3.823
Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado	(264.510)	(230.926)
Dividendos propostos a pagar para o Governo do Estado	(10.270)	(10.270)

Criado pelo Decreto nº 33.959, de 31 de maio de 1991, o Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado – SIAC determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõem a Dívida Pública Estadual.

Notas Explicativas**b) Fundação CORSAN**

Composição da dívida	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Contrato 1298	INPC	6%a.a	31/03/18	319	1.259	-	-
Contrato 122001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP-DI	6%a.a	21/12/20	20.083	19.861	31.072	34.937
Contrato 122005	(*)		01/09/19	11.110	15.336	14.679	13.602
Total				31.512	36.456	45.751	48.539

(*) O contrato 122005 é revisado anualmente e através de cálculos atuariais.

Os contratos referem-se a parcelamentos de custo de serviço passado e estão garantidos pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite das obrigações (principal e encargos).

Em 31 de março de 2018, o montante dos compromissos com a Fundação CORSAN, no não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2019	21.753
2020	23.998
Total	45.751

c) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS

Os valores devidos à PROCERGS referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. O saldo a pagar em 31 de março de 2018 é de R\$3.082 (R\$3.117 em 31 de dezembro de 2017).

24. RECEITA LÍQUIDA

A CORSAN opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços apresenta a seguinte composição:

	31/03/2018	31/03/2017
Serviços de abastecimento de água	650.445	615.850
Serviços de esgoto	43.360	42.039
Receitas de construção	62.028	51.546
Impostos sobre receita serviços	(64.279)	(61.111)
Total	691.554	648.324

25. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Despesas por natureza	31/03/2018	31/03/2017
Pessoal	213.108	217.029
Materiais	22.251	17.097
Energia elétrica	57.211	57.537
Serviços de terceiros	74.565	59.279
Gerais	30.473	27.261
Depreciações e amortizações	33.333	27.974
Provisões	4.144	44.462
Custos de construção	6.126	50.547
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	219	10.445
Total	533.864	511.631
Classificados como:		
Custos dos serviços	388.135	361.663
Despesas comerciais	26.952	23.251
Despesas administrativas	118.558	116.272
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	219	10.445
Total	533.864	511.631

Notas Explicativas

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	31/03/2018	31/03/2017
Receitas financeiras	27.040	28.678
Acréscimos por inadimplementos	7.623	7.369
Variações monetárias ativas	1.440	5.670
Receitas financeiras pela realização de AVP	12.673	9.794
Variações cambiais ativas	1.605	2.205
Outras receitas financeiras	3.699	3.640
Despesas financeiras	(12.554)	(15.775)
Juros e taxas sobre financiamentos	(2.551)	(2.711)
Juros e taxas sobre outras obrigações	(1.661)	(2.306)
Variações monetárias passivas	(6.870)	(9.876)
Variações cambiais passivas	(1.472)	(882)
Resultado financeiro líquido	14.486	12.903

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade. As avaliações de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como gerenciamento de riscos estão relatados a seguir:

a) Instrumentos financeiros

Em 31 de março de 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa – está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço. As aplicações mantidas pela Companhia como equivalentes de caixa são de liquidez imediata e têm risco insignificante de mudança de seus valores;

Aplicações financeiras – referem-se, substancialmente, a fundos de investimento de renda fixa e aplicações junto ao SIAC (Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado), com liquidez diária;

Contas a receber – decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registradas pelos seus valores originais, ajustadas por perdas estimadas para credores de liquidação duvidosa;

Ativos financeiros – referem-se a valores a serem indenizados pelo poder concedente, relativos aos contratos de programa não renovados;

Contas a pagar – decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações monetárias, quando aplicável;

Empréstimos e financiamentos e debêntures – são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis na data do balanço;

Dívidas com a Fundação CORSAN – estão contabilizadas pelos seus valores contratuais, conforme descrito na nota 23.b. A Companhia adota a técnica de mensuração a valor justo e comparação de preços e valores observados no mercado (nível 2).

Em 31 de março de 2018 e 2017, o valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima dos valores registrados contabilmente. O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado conforme descrito na nota 2.10.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, *swaps*, opções, futuros, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independentemente da forma como sejam contratados.

c) Gerenciamento de riscos

Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, a qual estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

i) Risco de crédito:

A Companhia está potencialmente sujeita ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras e contas a receber. Dentre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos: a seletividade das instituições financeiras e monitoramento constante dos valores a receber de clientes. Não há clientes

Notas Explicativas

que individualmente representem mais que 5% do total das contas a receber da Companhia em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

ii) Risco de liquidez:

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

Projeção incluindo juros futuros	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	61.089	174.267	344.977	580.333
Parcelamento de impostos	14.092	59.562	21.659	95.313
Debêntures	9.124	18.960	-	28.085
Fornecedores	102.221	145	-	102.366
Dívidas Fundação CORSAN	33.403	62.557	-	95.960
Total	219.929	315.491	366.636	902.056

iii) Risco de mercado:

Risco da taxa de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira e o saldo passivo de contratos de financiamentos com indexador em moeda estrangeira. Não há outros ativos ou passivos indexados a moedas estrangeiras. A Companhia avalia sua exposição cambial de forma continuada, visando manter os valores contratados em patamares mínimos em relação aos passivos totais.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possui exposição na data-base de 31 de março de 2018, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2017 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos.

Operação	Risco	(Perdas) Ganhos financeiros					
		2017	Queda 25%	Queda 50%	Cenário provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Empréstimos	TR	(198.812)	-	-	-	-	-
Empréstimos	TJLP	(210.316)	(11.357)	(9.464)	(14.196)	(17.745)	(21.295)
Empréstimos	US Dólar	(30.601)	(5.452)	(9.644)	(835)	(8.693)	(16.552)
Debêntures	TJLP	(26.557)	(1.434)	(1.195)	(1.793)	(2.241)	(2.689)
Total		(466.286)	(18.244)	(20.304)	(16.822)	(28.681)	(40.536)
<i>Indexador</i>	TR / UPR		0,00	0,00	0,00 *	0,00	0,00
	TJLP		5,40	4,50	6,75 **	8,44	10,13
	US Dólar	3,30	2,71	2,26	3,39 ***	4,24	5,09

Fontes:

* Portal Brasil

** BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

*** Focus - Relatório de Mercado

d) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos no contrato de debêntures.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o trimestre findo em 31 de março de 2018 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O capital é administrado por meio do quociente de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, fornecedores e outros exigíveis, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo.

Notas Explicativas

	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos	14	439.729	443.788
Parcelamento de impostos e contribuições	17	65.781	66.299
Debêntures	15	26.557	31.790
Fornecedores	16	102.314	118.420
Dívida Fundação CORSAN	23.b	77.263	84.995
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(26.284)	(24.470)
(-) Aplicações financeiras	5	(130.774)	(115.201)
Dívida líquida		554.586	605.621
Patrimônio e adiantamentos		2.105.426	2.014.000
Capital social e dívida líquida		2.660.012	2.619.621
Quociente de alavancagem		20,85%	23,12%

28. MUDANÇAS NOS PASSIVOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

A seguir, é apresentada a movimentação das mudanças nos passivos de atividades de financiamento para o trimestre findo em 31 de março de 2018:

	31/12/2017	Fluxo de caixa	Adições	Variações monetárias	Juros	Transferências	31/03/2018
Empréstimos e financiamentos circulante	56.793	(26.147)	-	46	8.637	19.718	59.047
Debêntures circulante	9.146	(5.722)	-	-	354	5.171	8.949
JSCP e dividendos a pagar	241.196	-	33.584	-	-	-	274.780
Empréstimos e financiamentos não circulante	386.995	13.221	-	184	-	(19.718)	380.682
Debêntures não circulante	22.644	-	-	135	-	(5.171)	17.608
Contratos de repasse (FUNASA, ANA)	9.232	-	-	-	-	-	9.232
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.191	(387)	-	-	-	-	3.1524

Flavio Ferreira Presser
Diretor-Presidente
CPF nº 192.190.830-00

Jorge Luiz Costa Melo
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
CPF nº 149.304.120-72

Eduardo Barbosa Carvalho
Diretor de Operações
CPF nº 414.119.780-72

Marcus Vinicius Caberlon
Diretor de Expansão
CPF nº 198.669.250-72

Luciano Eli Martin
Diretor Comercial
CPF nº 375.607.350-53

Graziela Bohn Flores
Superintendente de Contabilidade
Contadora CRC/RS nº 070280/O-7
CPF nº 911.643.110-34

A receita projetada para o primeiro trimestre de 2018 foi na ordem de R\$705.053 enquanto a realizada neste período alcançou R\$693.805, ficando 1,60% abaixo da meta estabelecida.

Conforme se verifica no Quadro 1 abaixo, havia uma previsão de que os gastos atingissem R\$433.734, tendo sido realizado R\$397.608, ou seja, 8,33% inferior ao projetado para o primeiro trimestre de 2018.

No que diz respeito aos gastos por natureza, os grupos de Pessoal/Encargos, Materiais, Serviços e Gastos Gerais realizaram 8,13%, 13,79%, 6,18% e 14,12% respectivamente, abaixo do previsto.

Na execução do primeiro trimestre de 2018, cabe análise de algumas naturezas que se tornaram importantes devido a sua execução orçamentária. Abaixo seguem comentários:

Pessoal/Encargos

- Vantagens e Encargos – As naturezas pertencentes a este grupo apresentaram valores 3,97% inferiores aos valores orçados para o período em análise, tendo sido orçado R\$190.960 e realizado R\$183.369;
- Indenizações Trabalhistas – Foi previsto para o trimestre em análise, o montante de R\$25.000 tendo como realizado R\$14.836;
- Horas Extras - No grupo de despesas com Pessoal, essa natureza merece destaque, tendo sido orçado R\$6.936 e realizado R\$7.727.
- Programa de Demissão Voluntária/Rescisão Trabalhista – Foi previsto para o trimestre em análise, o montante de R\$12.600 e realizado R\$11.514.

Materiais

- Material de Tratamento – Tratando-se da natureza com maior relevância do grupo de materiais, no trimestre analisado realizou 82,53% do orçamento previsto, tendo sido orçado R\$15.192 e realizado R\$12.538;
- Materiais de Conservação e Manutenção de Redes - Foi previsto para o trimestre em análise, o montante de R\$2.907 tendo sido realizado R\$2.807;
- Combustíveis para veículos – Foi orçado para esta natureza R\$ 2.876 e realizado R\$3.052 o que representou em um acréscimo de 6,11%.

Serviços

- Força e Luz – Os serviços de energia elétrica representam aproximadamente 14,48% das despesas da empresa e 43,70% das despesas do grupo de serviços. No trimestre analisado, esta despesa realizou 7,53% abaixo do orçamento previsto, ou seja, foi orçado R\$62.277 e realizado R\$57.585;
- Serviços Técnicos Profissionais - Foi previsto para o trimestre em análise, o montante de R\$5.788 e tendo como realizado R\$4.980.
- Serviços de segurança – No primeiro trimestre de 2018 foi projetado R\$10.451, tendo sendo executado R\$11.966, esta despesa teve um aumento de 14,5% acima do orçado.
- Serviços Contrato Operacional (retro, caçamba, reaterro de valas e repavimentação) – No trimestre analisado, essa natureza realizou 4,09% acima do orçamento previsto originalmente para o período, tendo sido orçado R\$25.889 e realizado R\$26.948.

Gerais

- Indenizações a Terceiros – Foi previsto para o trimestre em análise, o montante de R\$5.350 e realizado R\$2.870;
- Fundo Municipal de Gestão Compartilhada e Custo de Concessão Aportes Extraordinário – No trimestre analisado, o orçado foi de R\$17.858 e o realizado R\$7.712.

Cabe referir que na Execução Orçamentária de 2018 estão autorizadas as transferências de dotação entre naturezas afins, como por exemplo, Materiais e Serviços, de acordo com o Manual da Execução Orçamentária, podendo assim, haver diferenças entre os valores inicialmente previstos nessas rubricas.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A comparação das despesas previstas e realizadas para o trimestre em questão pode ser observada através do Quadro 1 – Comparativo das Despesas Previstas e Realizadas - 1º Trimestre de 2018, conforme segue:

Quadro 1 - Comparativo das Despesas Previstas e Realizadas - 2018 (Em R\$ mil)

Natureza do Gasto	Previsto	Realizado	% Variação
Pessoal/Encargos	231.979	213.108	(8,13)
Materiais	25.810	22.251	(13,79)
Serviços	140.462	131.775	(6,18)
Gerais	35.483	30.474	(14,12)
Total	433.734	397.608	(8,33)

Por fim, salienta-se que as análises realizadas não consideram a receita e custo de construção, e o resultado apurado, sem margem de construção, até 31/03/2018 aponta um Lucro Líquido de R\$124.628.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.

Eldorado do Sul, 07 de maio de 2018.

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Porto Alegre – RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias contidas na demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação complementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

AudiLink & Cia. Auditores

CRC/RS 003688/F-0

Roberto Caldas Bianchessi

Contador CRC/RS 040078/O-7 S-RS

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, abaixo firmados, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinaram as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Relatório dos Auditores Independentes relativos ao Trimestre findo em 31 de março de 2018. Com base nos exames efetuados pelos Auditores Independentes da empresa AudiLink & Cia. Auditores e à vista do Relatório, o Conselho Fiscal declara que os referidos documentos estão aptos à aprovação. Porto Alegre, 10 de maio de 2018. Paulo Marques dos Reis, Felipe Henrique Giaretta, Eduardo Jaeger.

Porto Alegre, 10 de Maio de 2018.

PAULO MARQUES DOS REIS

FELIPE HENRIQUE GIARETTA

EDUARDO JAEGER

Suplente do Conselheiro Rogério Alves Rios

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018.

Porto Alegre, 07 de maio de 2018.

Flavio Ferreira Presser

Diretor Presidente

Jorge Luiz Costa Melo

Diretor, Financeiro e de

Relações com Investidores

Eduardo Barbosa Carvalho

Diretor de Operações

Marcus Vinicius Caberlon

Diretor de Expansão

Luciano Eli Martin

Diretor Comercial

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia do trimestre findo em 31 de março de 2018.

Porto Alegre, 07 de maio de 2018.

Flavio Ferreira Presser

Diretor Presidente

Jorge Luiz Costa Melo

Diretor Financeiro e de

Relações com Investidores

Eduardo Barbosa Carvalho

Diretor de Operações

Marcus Vinicius Caberlon

Diretor de Expansão

Luciano Eli Martin

Diretor Comercial